



## SEÇÃO: ARTIGOS E ENSAIOS

## Assistentes sociais gaúchos(as) e as entidades representativas do Serviço Social

*Social workers gaúchos(as) and the Social Work representative entities*

**Lais Duarte Corrêa<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0001-7314-0459](https://orcid.org/0000-0001-7314-0459)  
[duarte.lais@hotmail.com](mailto:duarte.lais@hotmail.com)

**Tatiana Reidel<sup>2</sup>**

[orcid.org/0000-0002-8590-3836](https://orcid.org/0000-0002-8590-3836)  
[tatyreidel@gmail.com](mailto:tatyreidel@gmail.com)

**Recebido em:** 22 jul. 2021.

**Aprovado em:** 8 ago. 2022.

**Publicado em:** 25 nov. 2022.

**Resumo:** Este artigo objetiva analisar como os(as) assistentes sociais, das Seccionais do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) 10<sup>a</sup> Região, compreendem e se relacionam com as entidades representativas do Serviço Social. Mostraremos o resultado de uma pesquisa de caráter misto, realizada em 2019-2020, com assistentes sociais ativos(as) das Seccionais do CRESS 10<sup>a</sup> Região. Para a obtenção dos dados, realizamos uma pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo com grupos focais e aplicação de questionário. Foi utilizada a análise de conteúdo e análise do tipo inferencial para o tratamento dos dados. Os resultados indicaram fragilidade na compreensão acerca do papel das entidades e dificuldades de participação. Apontamos para a necessidade de fortalecimento das entidades representativas da categoria como estratégia de enfrentamento à intensificação da precarização do mundo do trabalho e das políticas sociais, assim como para estratégias que contribuam para a compreensão do papel das entidades e da democratização dos espaços representativos da categoria, enquanto formas de ampliação da participação dos profissionais.

**Palavras-chave:** Serviço Social; entidades representativas do Serviço Social; luta de classes.

**Abstract:** This article aims to analyze how the social workers of the Sections of the Regional Council of Social Work (CRESS) 10th Region understand and relation to the representative entities of Social Work. This is the result of a mixed survey, carried out in 2019-2020, with active Social Workers from the CRESS 10th Region Sections. To obtain the data, were used bibliographical research, focus groups and questionnaire application. Content analysis and inferential type analysis were used for data processing. The results indicated weakness in the understanding of the role of entities and difficulties of participation. Indicate the need to strengthen the category's representative entities as a strategy to confront the intensification of the precariousness of the world of work and social policies, as well as strategies that contribute to the understanding of the role of entities and the democratization of representative spaces of the category as ways of expanding the participation of professionals.

**Keywords:** social work; representative entities; class struggle.

### Introdução

*"O presente é tão grande, não nos afastemos.  
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas."  
(Carlos Drummond de Andrade)*



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Iniciamos este artigo com os versos de Drummond, que instiga a permanecer de mãos dadas, diante de um presente marcado pelas

<sup>1</sup> Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, RS, Brasil.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil.

mudanças na configuração e nas manifestações da "questão social", operadas desde a crise capitalista dos anos 1970 (aprofundada em 2008), com a implementação de políticas neoliberais e a financeirização do capital. No presente, vivenciamos as consequências da crise econômica repercutida pelas demais economias mundiais, principalmente nas dos países dependentes. No Brasil, a crise é acompanhada da crise política e social, que impõe muitos desafios à classe trabalhadora, principalmente após o golpe de 2016 e a crise sanitária, iniciada em 2020, com a pandemia da COVID-19.

Dessarte, a população brasileira vive e sente na pele, no corpo, nas mentes e nos corações as marcas advindas da herança histórica, política e social, cujas expressões são intensificadas e se manifestam no dia a dia de suas (sobre)vidas no tempo presente. A precarização é inerente à exploração do trabalho e ao mercado de trabalho brasileiro. Acompanhamos a intensificação das dinâmicas da exploração, por meio: da violação do valor da força de trabalho, da intensificação do trabalho e do aumento da jornada de trabalho. Em outras palavras, temos trabalhado, cada vez mais, por salários que não dão conta das nossas necessidades, ou seja, não ganhamos o suficiente para viver, senão para sobreviver.

Como contraprova ao que afirmamos, retomamos os dados de 2020. À época, houve uma redução<sup>2</sup> de 7,3 milhões de pessoas ocupadas, totalizando 86,1 milhões, cuja queda foi disseminada entre todos(as) trabalhadores(as). Os(as) formais, com carteira assinada, no setor privado, registraram 30,6 milhões de pessoas (-7,8%). Os(as) trabalhadores(as) por conta própria reduziram 1,5 milhão, somando 22,7 milhões. O número de empregados sem carteira assinada, no setor privado (9,7 milhões), caiu 16,5%, menos 1,9 milhão de pessoas. Aumentaram, por outro lado: aqueles(as) que desistiram de procurar trabalho (+16,1%), chegando a 5,5 milhões; as pessoas subutilizadas-desocupadas, subocupadas por

insuficiência de horas trabalhadas ou na força de trabalho potencial (+13,1%), chegando a 31,2 milhões. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021). Em relação a esses dados, ressaltamos que a taxa de informalidade também caiu, passando para 33,3 milhões de pessoas. Isso nos faz refletir que, com a redução dos empregos formais, também teriam diminuído os empregos informais, levando um grande contingente a desistir de procurar emprego.

Nesta sociedade, só se vive da venda da força de trabalho. A partir dela, obtemos o salário para consumir os bens básicos (ou mínimos) para sobrevivência, transformados em mercadoria. Com o aumento do desemprego, há o aumento da insegurança alimentar, que atingiu 116,8 milhões de brasileiros(as) (PENSSAN, 2021). Vale ressaltar que, nas condições antes referidas sobre o mercado de trabalho no Brasil, não só aqueles(as) que não conseguem vender a sua força de trabalho. Mas, também, muitos(as) daqueles(as) que a vendem apresentam dificuldades para acessar bens básicos, como o alimento para a sobrevivência.

Entretanto, temos um Estado que, desde o processo formal de independência, foi utilizado para patrocínio de interesses privados da classe dominante (FERNANDES, 1987), ou seja, apresenta-se na ausência de compromissos com os interesses da maioria da população. Para Osório (2019), a classe dominante reúne projetos autônomos de desenvolvimento e de projetos nacionais, enfraquecidos ou ausentes, operados, de forma subordinada, e associada aos capitais desenvolvidos e imperialistas. Essa condição é provocada pelas relações de subsoberania<sup>3</sup> do Estado no capitalismo dependente.

Diante dessa conjuntura, o Estado além de não responder, ao longo da história, às necessidades sociais, através de políticas sociais capazes de atendê-las em sua integralidade, como também reproduz condições para a produção e a perpetuação das desigualdades na região, impulsionadas pelo forte intervencionismo estatal (atendendo

<sup>2</sup> Os dados do IBGE aqui referidos são comparados ao ano de 2019.

<sup>3</sup> Trata-se de uma relação desigual de soberania no interior do sistema mundial capitalista no qual os países dependentes possuem uma relação de restrição da soberania como uma característica estrutural perante as formações econômico-sociais e regiões que a

aos interesses do capital).

O Estado, ausente de compromissos com os interesses da população brasileira, por outro lado, responde às demandas sociais com mecanismos coercitivos autoritários, seja nos longos períodos de ditaduras, seja nos períodos de democracia formal restrita. Assim, ao que já nos era frágil ou inexistente, em termos de proteção social antes de 1988, sofre profundos rebatimentos após a implementação do projeto neoliberal, com a ampliação das privatizações, desvinculação de receitas destinadas às políticas sociais, voltando-as ao capital financeiro, somados à abertura escancarada dos serviços básicos, tais como: saúde, educação, moradia, entre outros, ao mercado.

Apesar de haver alguns freios nesse projeto, ressaltamos que nunca deixou de existir, mesmo os governos progressistas em nosso país, foram fiéis seguidores de seus preceitos. O último governo progressista do país, na representação de Dilma Rousseff, sofreu um golpe, devido à ofensiva conservadora, forjada por mobilizações internas e pelo cerco internacional, que se colocou em marcha nos países latino-americanos.

Osório (2019) denomina esse cenário como Estado de segurança do grande capital, com verniz eleitoral. Conforme o autor, esse Estado objetiva, sob o comando do grande capital internacional, recuperar a gestão do aparato estatal e reforçar políticas de segurança, visando combater as forças sociais e as suas lideranças, repercutindo em derrotas ao mundo do trabalho e aos setores populares.

Dessas derrotas, acompanhamos: a redução dos níveis de emprego e da desigualdade no campo; as disputas por terras indígenas e de populações tradicionais; as agressões e assassinatos da juventude das periferias urbanas, de negros e pobres, de segmentos LGBTQIA+ (IAMAMOTO, 2018). Nesse período, ocorreram, também, mudanças na legislação trabalhista, das quais destacamos: a reforma trabalhista, aprovada em 2017; a regulamentação do teletrabalho; a instituição do trabalho intermitente; e a

previsão quanto à possibilidade de terceirização de quaisquer atividades, inclusive da atividade principal da empresa.

Neste mesmo ano, vivenciamos, ainda, a aprovação da Lei n.º 13.429/2017, que dispõe sobre o trabalho temporário e regulamenta a terceirização das atividades meio e das atividades fim no Brasil. Como resposta ao aumento do desemprego, "[...] destacam-se as bondades do autoempreendedorismo, de passar de trabalhador para 'sócio' de alguma marca, tais como os motoristas de Uber ou entregadores [...]" (OSÓRIO, 2019, p. 235). Nesta modalidade de trabalho, além dos trabalhadores não receberem um salário fixo, não dispõem de qualquer proteção trabalhista. Ademais, pagam porcentagem da renda, dispondo de recursos próprios para continuar "fazendo parte do negócio".

Quanto à proteção social, houve a aprovação da Emenda Constitucional (EC) n.º 95, limitando o investimento público, por 20 anos, na saúde, educação e assistência social. Se isso ainda não fosse o bastante, aconteceu a contrarreforma da previdência social, que dificulta ou impossibilita a aposentadoria da maior parte da classe trabalhadora, além da sua informatização, que a torna, cada vez mais, distanciada e inacessível à população. Mais recentemente, exigiu-se ao Ministério do Trabalho a proibição do desconto da contribuição sindical (já tornado facultativo, em 2017) na folha de pagamento. Além disso, vivenciamos os cortes nos investimentos nas Universidades Públicas, sequência à contrarreforma da Previdência e, mais recentemente, a proposta de Reforma Administrativa. Ademais, Medidas Provisórias<sup>4</sup>, implicando em dificuldades de fiscalização no ambiente de trabalho; prorrogação da jornada de trabalho, suspensão da garantia da salubridade do(a) trabalhador(a); dentre outros.

Adentramos, na pandemia da COVID-19, em um cenário desolador, com perdas importantes, ocorridas em termos de direitos, bem como anunciadas, e com as desigualdades sociais, ao mesmo tempo, intensificadas e mais evidentes.

exercem de forma mais plena (OSÓRIO, 2019).

<sup>4</sup> Destacamos, dentre as MPs as de n.º 905, 936, 927.

Como resposta a este cenário, o governo respondeu, não sem reivindicações dos setores populares, com o Auxílio Emergencial no valor inicial de R\$ 600,00 mensais, destinado aos(as) trabalhadores(as) informais, microempreendedores(as) individuais, autônomos(as) e desempregados(as), atendidos(as), de forma paliativa, quando enquadrados(as) nos critérios pré-estabelecidos. Atualmente, o valor foi reduzido para quatro parcelas anuais de R\$ 150,00 para família composta por, apenas, uma pessoa; R\$ 250,00 para família composta por mais de uma pessoa; R\$ 375,00 para família chefiada por mulher sem cônjuge/companheiro, com pelo menos uma pessoa menor de dezoito anos de idade (CAIXA, 2021).

Ao mesmo tempo, convivemos com a morosidade na vacinação da população e a não reversão das medidas de redução de investimento nas políticas sociais, implicando, até o momento, em 523.587<sup>5</sup> óbitos pela doença no Brasil (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021), e outros tantos mortos pela negação, ausência e privações no campo dos direitos sociais, dos quais, os(as) mais atingidos(as) são os(as) desempregados(as), trabalhadores(as) informais, residentes das favelas, das comunidades quilombolas, populações indígenas e em situação de rua.

Se aqui tecemos essa importante contextualização acerca dos rebatimentos de nossa história passada-recente à classe trabalhadora, também nos referimos a nós, assistentes sociais, já que o Serviço Social é uma especialização do trabalho coletivo, inscrito na divisão social e técnica do trabalho, participe do processo de (re)produção das relações sociais (IAMAMOTO, 2015), e, conseqüentemente, o(a) assistente social se constitui como um(a) trabalhador(a) assalariado(a). Com isso, vivencia as implicações do aprofundamento das dinâmicas de exploração do trabalho e intensificação da precarização das políticas sociais, que impactam no aviltamento de seus salários, precários vínculos de contratação, acúmulo de vínculos, sobrecarga de trabalho, não disposição das condições e relações necessárias para

a realização de suas atividades, dentre outras (CORRÊA; REIDEL, 2021), bem como as implicações no âmbito da formação profissional, dado os processos de mercantilização e precarização do ensino.

Se acompanhamos, hoje, os impactos da EC 95 na educação com a redução de investimento de 2,84% do PIB entre 2016 e 2020 (BRASIL, 2021), também vivemos as consequências de um intenso projeto de educação, que é anterior a Emenda, e reitera um papel de dominação e reprodução dos interesses externos da classe dominante sobre a população brasileira, presente desde a invasão do país, tendo elo forte com a (re)produção do pensamento dominante e com a força de trabalho superexplorada. Se existem conquistas, também ocorreram e ocorrem retrocessos que incidem, sem precedentes, na formação em Serviço Social, contrapondo-se diretamente ao projeto de formação, tão defendido pela profissão desde as Diretrizes Curriculares de 1996.

A grandeza do tempo presente não está, apenas nos desafios, encontra-se, também, nas possibilidades para o enfrentamento e a superação de modo coletivo. Mesmo que estejamos fragilizados(as), asfixiados(as), com os corações feridos em decorrência das perdas tão significativas, advindas da disseminação de ideologias conservadoras, cada vez mais desprotegidos(as), tendo respostas omissas e violentas por parte do Estado às reivindicações por direitos da classe trabalhadora, submetida à condições e relações de trabalho intensas na exaustão, expropriação e extração de sobretrabalho, acompanhamos importantes manifestações nas ruas, que fortalecem e alimentam a esperança de projetos na contramão do até então vigente.

Nessas lutas, nós assistentes sociais e os(as) estudantes de Serviço Social nos unimos, alinhados(as) ao nosso projeto ético-político em defesa da formação e do exercício profissional de qualidade, objetivando, sobretudo, a construção de uma nova ordem societária, oposta à ordem do capital, que pressupõe a superação de todas

<sup>5</sup> Dados consultados em 4 jul. 2021.

as formas de opressão e exploração.

Como organismo vivo, em meio a processualidade histórica, observamos o compromisso assumido pela categoria profissional, por meio das entidades representativas, nas lutas pela defesa das necessidades e interesses coletivos da classe trabalhadora, em especial os(as) trabalhadores(as) assistentes sociais. Esta categoria construiu procedimentos e instâncias de decisão democrática por meio de encontros, seminários, congressos e a luta das entidades – Conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO – “[...]na trincheira da resistência e do enfrentamento [...] em diferentes recantos deste país assumiram explicitamente seu compromisso com os interesses do trabalho” (CFESS, 2009).

Diante do contexto em tela, devemos nos unir enquanto categoria profissional. Nesse sentido, consideramos as entidades representativas da profissão como espaços estratégicos de organização dos(as) assistentes sociais para a defesa do projeto ético-político. Buscamos, por meio deste artigo, a partir do método de Marx (o materialismo histórico-dialético), analisar como os(as) Assistentes Sociais gaúchos(as) compreendem e se relacionam com as entidades representativas do Serviço Social, com vistas à identificação de fragilidades e potencialidades na organização da categoria para o fortalecimento da formação e do exercício profissional, em consonância com o projeto ético-político profissional, articulando-se às lutas gerais da classe trabalhadora, pois a intensificação da precarização do mundo do trabalho e das políticas sociais incidem em desafios às profissões tanto no trabalho quanto na formação profissional.

Para alcançar determinado objetivo, otimizaremos dados de estudo regional. Dessa forma, será possível traçarmos mediações, relações e interconexões do fenômeno estudado com dimensões da vida social. Com isso, compreenderemos a sua estrutura e dinâmica, além de adentrar na essência do objeto. Por fim, a história local/regional possibilitará estabelecer

uma totalidade articulada e complexa, rica em determinações e relações, como uma “unidade do diverso”.

A análise será realizada a partir de dados oriundos de uma pesquisa de enfoque misto, será um recorte da Pesquisa<sup>6</sup> Guarda-Chuva Interinstitucional, denominada “Perfil, Formação e Trabalho dos(as) assistentes sociais do Rio Grande do Sul” (REIDEL *et al.*, 2018), realizada no ano de 2019-2020, em parceria entre Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) 10<sup>a</sup> Região Gestão 2017-2020 – Classe Trabalhadora em Luta: Unidade e Resistência.

Uma vez realizada em parceria com o CRESS 10<sup>a</sup> Região, este estudo consiste em um recorte que privilegia o lócus das suas duas seccionais, importantes espaços de descentralização do Conselho, com sedes nas cidades de Caxias do Sul, formada por 75 cidades e de Pelotas, composta por 24 cidades (CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2020), totalizando 19,92% das 497 cidades do estado do RS. As cidades sedes das seccionais estão entre as maiores em número de habitantes do estado. A cidade de Pelotas abriga a seccional desde 1971, apresenta 328.275 habitantes e dispõe de uma população ocupada de 24,6%. Já a cidade de Caxias do Sul, com seccional criada em 1985, é constituída por 435.564 habitantes e dispõe de uma taxa de população ocupada maior que em Pelotas, de 40,3% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Para a obtenção dos dados, realizamos pesquisa bibliográfica em referências da área de Serviço Social e quatro grupos focais, envolvendo as seccionais. Para os dados obtidos, utilizamos como técnica a análise de conteúdo (BARDIN, 2011) e do tipo inferencial, privilegiando os recortes frequenciais e temáticos. A partir da Pesquisa Interinstitucional, um questionário online foi aplicado, e os dados, após consentimento, foram armazenados automaticamente pela Plataforma

<sup>6</sup> Pesquisa aprovada no Comitê de Pesquisa e no Comitê de Ética do Instituto de Psicologia da UFRGS, cujo registro na Plataforma Brasil é CAAE 05366918.1.0000.5334 e o número do parecer: 3.320.433.

*Survey Monkey*, e, posteriormente, organizados para análise do tipo inferencial, que permitiu a análise de variáveis.

Iniciamos com o desbravar do tempo presente, a partir de breves considerações acerca das entidades representativas da profissão. Em seguida, tecemos as análises com base na compreensão e na relação dos(as) assistentes sociais das Seccionais do CRESS 10ª Região, acerca destas entidades representativas. Por fim, apresentamos as considerações finais, seguidas das referências utilizadas.

### Breves considerações sobre as entidades representativas do Serviço Social

Trataremos, neste artigo, sobre a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); o conjunto Conselho Federal de Serviço Social/Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS/CRESS); e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

Discutiremos a respeito das entidades representativas do Serviço Social. Vale ressaltar que elas são instâncias político-organizativas do projeto ético-político do Serviço Social. Além disso, seu papel, juntamente com a produção de conhecimento da área e da dimensão jurídico-política da profissão, conformam os componentes que materializam os elementos constituintes do projeto ético-político profissional, quais sejam os princípios e valores ético-políticos, a matriz teórico-metodológica em que se ancora, a crítica radical à ordem social vigente e nas lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria, através das formas coletivas de organização política, em aliança com os setores mais progressistas da sociedade brasileira (TEIXEIRA; BRAZ, 2009).

Nos tempos de reação conservadora em que vivemos, é importante reafirmarmos que, quando nos referimos ao projeto ético-político, referimos ao projeto profissional que se forjou após o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), de 1979, cuja teleologia aponta para a emancipação humana, pressupondo a

transformação social, não como uma tarefa endógena da profissão. Mas, como uma tarefa de classe, articulado, portanto, a um projeto societário emancipatório (CARDOSO, 2013). Frente aos desafios do tempo presente, coadunamos que a reafirmação deste projeto ético-político depende tanto das respostas políticas, que as vanguardas profissionais darão aos desafios atuais, quanto das ações dos(as) profissionais das diversas áreas de atuação, a partir de intervenções qualificadas, éticas e socialmente comprometidas, associadas diretamente ao trabalho e à formação profissional (TEIXEIRA; BRAZ, 2009).

Nossa intenção não é a de analisarmos as respostas profissionais e das vanguardas da profissão a esses desafios. Longe disso, a análise levará em conta como os(as) assistentes sociais compreendem e se relacionam com suas entidades representativas da profissão, considerando o importante papel que desempenham na defesa e na reafirmação da direção, construída e explicitada no projeto ético-político profissional. Não obstante, o projeto pressupõe, "[...] em si mesmo, um espaço democrático de construção coletiva, permanentemente em disputa. Essa constatação indica a coexistência de diferentes concepções do pensamento crítico, ou seja, o pluralismo de ideias no seu interior" (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 8-9).

Para tanto, retomaremos o papel e a compreensão da profissão acerca desses espaços, para que, em um segundo momento, analisemos se convergem com a compreensão dos(as) profissionais. Daremos ênfase, nesta produção, para o contexto em que surgem sem exaustivas informações históricas das entidades, da profissão e do país. Diante disso, situamos o surgimento das entidades uma década depois da gênese do Serviço Social, que se dá na década de 1930, vinculado à Igreja e às frações das classes dominantes, quando "O primeiro curso de Serviço Social no Brasil [...] fruto de um esforço coletivo de jovens mulheres engajadas na militância da Igreja Católica na cidade de São Paulo, em 1936" (ABRAMIDES, 2016, p. 458).

Trata-se de um contexto marcado pelo apro-

fundamento da "questão social", devido à generalização do trabalho livre, que submeteu o operariado à exploração abusiva, levando-o a entrar no cenário político para o reconhecimento de suas necessidades pelo Estado, mediante implementação de políticas públicas que as atendessem. Assim, o Estado retoma a aliança com a Igreja, frente à conjuntura política e social da época, determinadas por fatores internos e externos (IAMAMOTO; CARVALHO, 2010).

Entretanto, como assinala Castro (2011, p. 35), "a criação de uma escola, em si mesma, não equivale à abertura de um processo que se quer identificar como o início de uma profissão". O Serviço Social surge nesse contexto e avança para a institucionalidade, quando do desenvolvimento das Grandes Instituições Sociais, durante o período do Estado Novo (1937-1945), que desempenham um papel de zelar pelo disciplinamento e reprodução da força de trabalho, por meio de um papel político, econômico e ideológico, vitais para a manutenção da dominação de classe.

O processo de surgimento e desenvolvimento das grandes entidades assistenciais – estatais, autárquicas ou privadas – é também o processo de legitimação e institucionalização do Serviço Social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2010). Com esse processo, ampliaram-se as escolas de Serviço Social e, conseqüentemente, estimula-se a criação de uma *organização no âmbito da formação profissional*: a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), em 1946.<sup>7</sup>

A ABESS, inicialmente, manifesta-se com a finalidade de definir e coordenar uma política de formação profissional, além de imprimir unidade ao ensino (SILVA, 2011). Em 1979, é redimensionada para a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social, mudança impulsionada pelo início da pós-graduação, em 1972, e do movimento de constituição do projeto ético-político profissional hegemônico. Somente em 1998, redimensiona-se em Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), dado o avanço da

graduação e da pós-graduação no país nos anos 1980 e 1990. Esse progresso fundamenta a necessidade de um organismo acadêmico-político e associação científica, com vistas ao fortalecimento da articulação entre os dois níveis de ensino (graduação e pós-graduação) com o profissional, a partir da pesquisa e da produção acadêmica "como eixos articuladores do desenvolvimento acadêmico-teórico do Serviço Social" (ABREU, 2008, p. 175).

Atualmente, a ABEPSS é concebida como uma entidade acadêmico-científica, coordena e articula o projeto de formação em Serviço Social no âmbito da graduação e da pós-graduação. Dentre os princípios fundamentais, há o de defesa da universidade pública, gratuita, laica, democrática, presencial e socialmente referenciada. (ABEPSS, 2022). Organiza-se em seis regiões: Nordeste; Sul I; Sul II; Centro-Oeste; Leste; e Norte. Dispõe de representantes discentes e docentes da graduação e da pós-graduação, dos supervisores de campo e de estágio, contabilizando 90 Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) filiadas, com oito Grupos Temáticos de Pesquisa, que se mostram efetivos na elaboração, produção e circulação do conhecimento, articulando-se às demais entidades, e, portanto, alcançando os(as) profissionais. Outra importante estratégia da ABEPSS é o Projeto Itinerante, que permitiu a sua capilarização junto às UFAs, ampliando os debates e reforçando os princípios das Diretrizes Curriculares, de 1996, na direção social que a profissão construiu nos últimos 30 anos.

Ressaltamos que a criação da ABESS, hoje, ABEPSS, deu-se no período de hegemonia do projeto profissional tradicional/conservador, que prevaleceu, conforme Cardoso (2013), como o único e hegemônico projeto do Serviço Social brasileiro até os anos de 1960, cuja "[...] teleologia aponta para a construção de uma sociedade capitalista mais pretensamente humanizada, atendendo aos interesses do projeto das classes dominantes, portanto, contribuindo para a ma-

<sup>7</sup> Neste mesmo ano ressaltamos a criação da Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS) que "[...] tem por fim imediato o reconhecimento da profissão e a defesa de seus interesses corporativos. A Seção Regional de São Paulo, ainda em 1947, estabelecerá o primeiro Código de Ética Profissional dos assistentes sociais brasileiros, elegendo o competente Conselho" (IAMAMOTO, CARVALHO, 2010, p. 330).

nutenção da ordem social vigente" (CARDOSO, 2013, p. 121).

Foram inscritos, também neste período, nos anos 1950, os Conselhos de fiscalização das profissões no Brasil, a partir da regulamentação das profissões e dos ofícios liberais pelo Estado, com caráter corporativo, funções burocráticas e controladoras sobre os profissionais. Além disso, constituíam-se como entidades autoritárias, requerendo apenas o pagamento de tributo e inscrição profissional, sem se constituir como espaço coletivo e de aproximação com os profissionais (CFESS, 2008).

As características, conseqüentemente, marcam a origem da *organização da categoria no âmbito do exercício profissional*: os Conselhos no âmbito do Serviço Social, tendo em vista que é, na mesma década, que se constituem. Em 1957, aprova-se a Lei n. 3.252, de 17 de agosto, que regulamenta a profissão, fazendo do Serviço Social uma das primeiras profissões da área social a aprovar sua lei de regulamentação. Essa lei é regulamentada, posteriormente, por meio do Decreto n. 994, de 15 de maio de 1962, que determina o Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e os Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS), com a incumbência da disciplina e da fiscalização do exercício profissional. Dessa maneira, marca-se a criação dos Conselhos de Serviço Social no Brasil. (CFESS, 2008).

Ainda nessa década, 10 Conselhos Regionais foram criados "[...] com esta divisão, a regional do Rio Grande do Sul ficou denominada como CRESS 10ª Região, sendo composta pelos estados RS, SC e PR dentro de suas respectivas jurisdições." (REIDEL, 2005, p. 32). Conforme a autora, em 26 de novembro de 1963, na sede do Sindicato dos(as) Assistentes Sociais de Porto Alegre (SASPA), é criado o CRAS 10ª Região, cujas primeiras reuniões foram realizadas na sala de monitoria da Faculdade de Serviço Social da PUCRS<sup>8</sup> (REIDEL, 2005).

Neste íterim, salientamos que as caracterís-

ticas da gênese dos conselhos passaram a se reproduzirem pelos Conselhos da categoria. Além disso, são o reflexo dos pressupostos neotomistas e positivistas que orientavam a profissão à época, evidenciados, inclusive, nos Códigos de Ética de 1947 e 1975 (BARROCO, 2012). Coaduna-se com a exposição de Barroco, o que traz Silva (2011, p. 254) acerca do Conselho: "[...] o CFAS tem uma trajetória marcada pela repressão e pelo controle político-ideológico do Estado, atuando, durante muito tempo, no interior da categoria, especialmente no período da ditadura militar, como uma entidade repressiva, controladora e burocrática [...]".

Trata-se de um período no qual, dadas as mudanças históricas no contexto brasileiro, latino-americano e internacional, não sem disputas no interior dos projetos societários, outros projetos profissionais entraram em disputa pela hegemonia na profissão, tendo como marco o I Seminário Latino-Americano de Serviço Social, na cidade de Porto Alegre em 1965. Disputam, neste período, o projeto modernizador (1960-1970), o projeto fenomenológico (ou se reatualização do conservadorismo) (1975-1979) e o projeto de intenção de ruptura (1979-1990) (CARDOSO, 2013). Destaca-se que é, no interior das disputas, que foram criadas as Seccionais, antes delegacias, de Pelotas, em 1971, e de Caxias do Sul, em 1985. Nos anos de 1980 e 1983, houve o desmembramento dos CRAS, criando os Conselhos da 11ª e 12ª Região, correspondendo respectivamente aos estados do Paraná e de Santa Catarina. (CRESS, 2020).

Diante do cenário, vale pontuar que as entidades representativas nem sempre se constituíram como espaços contra hegemônicos, representando, durante um longo período, os interesses conservadores das classes dominantes, sendo, inclusive, "[...] dirigidas por profissionais de tendências tecnicistas e conservadoras" (ABRAMIDES, 2016, p. 459). A ruptura com esse conservadorismo se deu nos anos 1970, em meio a Ditadura Militar, e teve como momento

<sup>8</sup> No Rio Grande do Sul, esta é a primeira Escola de Serviço Social, criada em 1945, na cidade de Porto Alegre, tendo como mantenedora a União Sul Brasileira de Educação e Ensino (USBEE), aliçada à Igreja e aos segmentos do Serviço Social da Indústria (SESI) no estado.



marcante o III CBAS em 1979, na cidade de São Paulo, reflexo das aproximações junto aos interesses da classe trabalhadora, a partir do qual parcela da categoria se organiza para assumir a direção do Conselho Federal e dos regionais, objetivando fortalecer e adensar o novo projeto (de intenção de ruptura) em âmbito profissional (CFESS, 2010). Sendo assim, a categoria não apoiava o movimento de fora, mas o fazia como um sujeito vivo (SILVA, 2011).

Nesse sentido, em 1983, a partir de discussões realizadas, por meio dessa organização e da nova direção, que assume o CFAS, ocorre a aprovação do Código de Ética, de 1986, revisado e concluído em 1993. É importante mencionar que essas transformações culminaram na revisão do Código de Ética e da Lei de Regulamentação. Após longo processo, são aprovados em 1993. Outra importante alteração diz respeito ao caráter do próprio Conselho, que deixa sua atividade de fiscalização e da desburocratização das suas entidades, bem como a mudança na denominação passa de CFAS/CRAS para Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) (CFESS, 2022).

O CFESS, atualmente, é concebido como uma autarquia pública federal, orienta, disciplina, normatiza, fiscaliza e defende o exercício profissional do(a) assistente social no Brasil, em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) (CFESS, 2021). É organizado por meio de 27 Conselhos Regionais e 22 Seccionais a eles ligadas. A Resolução CFESS nº 470, de 13 de maio de 2005, no parágrafo 2º do artigo 6º, determina a criação de espaços descentralizados de articulação e organização dos(as) assistentes sociais, com a intenção de promover a interiorização e democratização da gestão pública dos CRESS.

O CRESS 10ª Região, além de dispor de duas seccionais, Caxias do Sul e Pelotas, na Gestão correspondente aos anos de 2004 a 2007, instituiu a Comissão de Descentralização e Interiorização, com o objetivo de apoiar a organização da categoria através de Núcleos Regionais de Assistentes Sociais, legitimando-os como mais um espaço de capacitação e discussão teórico-política. Pos-

teriormente, no triênio da gestão de 2008-2011, os Núcleos do Conselho Regional de Serviço Social (NUCRESS) foram normatizados. Com isso, passaram a se denominar como Núcleos Regionais de Assistentes Sociais e se constituem em espaços de valorização do Serviço Social, do exercício profissional, de defesa do Projeto Ético Político da profissão e de divulgação do CRESS, enquanto conselho de representação da categoria na sua região (CRESS, 2019).

A *organização político-sindical* é estabelecida, em um primeiro momento, em entidades sindicais de assistentes sociais – sindicatos, Associações Profissionais de Assistentes Sociais (APAS), Ceneas (Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais e Pré-Sindicais de Assistentes Sociais – 1979 a 1983) e a ANAS, a federação autônoma de Assistentes Sociais (1983 a 1994) (ABRAMIDES, 2019; ABRAMIDES; CABRAL, 2019)

Em relação aos(as) assistentes sociais gaúchos(as), é válido acrescentar que o sindicato foi criado em 1958, foi o primeiro do Brasil, na cidade de Porto Alegre (SASERS, 2021), organicamente vinculado ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro); às gestões brizolistas das décadas de 1950 e 1960, conforme depoimentos históricos do período (MACHADO; CLOSS; ZACARIAS, 2018). Foi profundamente marcado pelo envolvimento de muitos(as) assistentes sociais nas lutas da sociedade brasileira pelas Reformas de Base, que aconteceram nos anos 60 e que participaram dos movimentos de Educação de Adultos e Cultura Popular (BULLA, 2003). Na sede do sindicato, criou-se o CRAS 10ª Região, referido anteriormente.

A criação do sindicato gaúcho acompanha a trajetória de assistentes sociais, na década de 1950, que iniciaram sua organização em sindicatos de categoria "[...] que eram os sindicatos existentes pela legislação e que lutaram por reivindicações trabalhistas, salariais, por plano de cargos e carreiras, por serviços públicos de qualidade" (ABRAMIDES, 2014, p. 232).

Até o início da década de 1970, o Serviço Social contava com cinco estados com sindicatos. Entretanto, com o período ditatorial, foram fechados,

rearticulando-se somente no final dos anos 1970, quando se alinham ao sindicalismo classista e desenvolvem uma ação sindical, voltada aos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, referenciados na Central Única dos Trabalhadores (CUT) (ABRAMIDES, 2014, 2019).

Nesta perspectiva, na ambiência do III CBAS, "a crítica de profissionais e estudantes [...] estava latente, e as entidades sindicais que estavam organizadas assumiram sua direção política, por decisão da categoria" (ABRAMIDES; CABRAL, 2019, p. 40), culminando na virada no referido Congresso, que até então estava sendo organizado pelo CFAS e pelo CRAS de São Paulo, os quais evidenciavam uma organização nitidamente conservadora e autoritária. Com a virada, o conjunto CFAS/CRAS é disputado pelos setores de esquerda da profissão, que se organizavam nas entidades sindicais da categoria e na APAS, que passaram a incentivar, em todo território nacional, a formação de chapas para disputa das eleições nos CRAS, objetivando a sua democratização e articulação com as demais entidades representativas (ABRAMIDES, 2019).

Embora haja reconhecimento da importância que as entidades sindicais da profissão tiveram nesse período, foi aprovada, em 1986, a nova estrutura sindical no II Congresso Nacional da CUT. As entidades deliberaram pela construção de "[...] sindicatos por ramo de atividade econômica; em sindicatos gerais por esfera de contratação (servidores(as) públicos(as) municipais e estaduais) ou por atividade de trabalho (sindicato de trabalhadores(as) da saúde, da previdência)", em que a maioria dos(as) assistentes sociais se insere (ABRAMIDES, 2019, p. 45).

Esse posicionamento levou à extinção da ANAS e dos Sindicatos de Assistentes Sociais, decidida por unanimidade em 1989 (ABRAMIDES, 2014). Mesmo assim, alguns sindicatos profissionais, inclusive o do Rio Grande do Sul, permanecem em funcionamento ou são retomados, nos últimos anos, representando as contradições e as disputas que perpassam a profissão.

No trânsito para a década de 1980, outra importante entidade representativa do Serviço Social, o Movimento de Estudantes de Serviço Social (MESS), teve influências no III CBAS e representou a *organização político estudantil*. Este Congresso teve implicação não só na politização e na mobilização dos profissionais, que redirecionaram o Conselho profissional, como também nas dos estudantes de Serviço Social e na reativação das entidades sindicais no país (NETTO, 2009).

Até então, os(as) estudantes de Serviço Social estavam organizados(as) nacionalmente na Eness<sup>9</sup> (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social), vinculada à UNE (União Nacional de Estudantes). Ainda em 1968, no Congresso da Eness, debateu-se a necessidade de se construir um projeto de formação profissional da realidade brasileira. No mesmo ano, o XXX Congresso da UNE sofreu repressão policial e os(as) estudantes, ali presentes, incluindo os(as) de Serviço Social, foram todos(as) presos e enquadrados(as) na Lei de Segurança Nacional, que, até a anistia, pesou muito sobre todos(as) que permaneceram no país ou no exílio (ABRAMIDES, 2016, 2017).

Durante a ditadura, em 1978, realizou-se o I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS), na cidade de Londrina – PR. Foi um marco de possibilidade da unidade das lutas, do debate da profissão, da formação profissional e da universidade, entre outros, reuniram-se 24 escolas do país. No ano seguinte, com a reconstrução da UNE, constituiu-se a comissão nacional para a discussão e os encaminhamentos do currículo e para a organização do II ENESS, realizado em 1979.

Dos encontros que se sucederam das discussões, em 1981, inaugurou-se a criação da Subsecretaria de Serviço Social na UNE (SES-SUNE), em 1988. No ano de 1993, a SESSUNE passa a ser chamada de Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS), mudança que objetivou maior autonomia do Movimento Estudantil em Serviço Social (MESS) em relação à UNE, decorrente de um longo debate e aná-

<sup>9</sup> "[...] segundo os documentos históricos, têm-se indícios que o Movimento Estudantil de Serviço Social se organizava desde 1961 em Encontros Nacionais e que em 1963 foi fundada a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social-ENESS" (ENESSO, 2014a, p. 3).

lise de que a UNE não cumpria mais seu papel representativo (ENESSO, 2014a).

A ENESSO, desde a sua base com os CASS (Centros Acadêmicos de Serviço Social) e os DASS (Diretórios Acadêmicos de Serviço Social), representa os(as) estudantes de Serviço Social. A ENESSO é a entidade de representação máxima dos(as) estudantes em seus respectivos cursos. Por isso, são denominadas como organizações políticas estudantis de área ou movimento de área. Atualmente, a entidade é organizada em sete regiões, compostas por diferentes estados da federação. A luta dessas entidades é por uma sociedade mais justa e por uma formação de qualidade aos estudantes de Serviço Social (ENESSO, 2020). Para isso, articula-se e participa, junto às demais entidades representativas da categoria, em unidade com as organizações da classe trabalhadora.

Apresentadas as entidades nesta seção, alguns de seus marcos históricos e seu papel ao longo da trajetória da profissão, reafirmamos a importância dessas entidades para a categoria profissional, sem entendê-las de forma desvinculada à organização de classe. Em outras palavras, entendemos essas entidades como orgânicas à profissão na realidade brasileira, enquanto uma organização particular na universalidade da classe.

Posto isso, a seguir, apresentaremos as entidades pelas lentes dos(as) assistentes sociais gaúchos(as).

### **As entidades representativas pelas lentes dos(as) assistentes sociais gaúchos(as)**

Diante do breve histórico acerca das entidades representativas do Serviço Social, esta seção, ao considerar a relevância das particularidades e das necessidades regionais, objetiva apresentar qual a compreensão dos(as) assistentes sociais

acerca das entidades e sua relação com elas.

A Pesquisa Interinstitucional obteve a participação de 2.930 assistentes sociais, cujos dados foram filtrados, a partir da identificação do território de abrangência das seccionais, para análise: 274 referentes à seccional de Caxias do Sul; e 177 referentes à seccional de Pelotas.

Dos(as) profissionais que participaram, mais de 70% de ambas as Seccionais já participaram de gestões de alguma entidade representativa, sendo a de maior porcentagem o CRESS, com 79,86% pelos(as) profissionais da Seccional de Pelotas e 74,61%, pela Seccional de Caxias do Sul. Os(as) insatisfeitos(as), em relação ao conjunto CFESS/ CRESS, são 18,6% em Pelotas e 20,1% em Caxias do Sul. Os(as) satisfeitos(as), por outro lado, são 40,9% em Pelotas, e 45% em Caxias. Os percentuais maiores são de indecisos ou daqueles que não se manifestam como satisfeitos, nem como insatisfeitos, tanto no caso de Pelotas, 40,28%, como no caso de Caxias, 34,7%.

Concernente à ABEPSS, o nível de insatisfação é muito pequeno em ambas as seccionais, pouco mais de 7%. Contudo, os(as) indecisos(as) ou que têm opinião que não se manifestam como satisfeitos(as), nem como insatisfeitos(as), são maioria em Pelotas, 51,3% e chegam a 48,1% em Caxias. Estes índices são maiores que os(as) satisfeitos(as), que somam 40% em Pelotas e 44,5% em Caxias.

Por fim, no tocante à ENESSO, os(as) insatisfeitos(as) representam 11% em Pelotas, e 9% em Caxias. Mas, os(as) que não se manifestam como satisfeitos(as) nem como insatisfeitos(as) são a grande maioria: 58,3% em Pelotas, e 61,1% em Caxias. Enquanto os(as) satisfeitos(as) somam, em ambos, apenas 34%.

**TABELA 1** – Avaliação de assistentes sociais das Seccionais do CRESS 10ª Região sobre as entidades de representação do Serviço Social

Variável	CFESS/CRESS				ABEPSS				ENESSO			
	Pelotas		Caxias do Sul		Pelotas		Caxias do Sul		Pelotas		Caxias do Sul	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Muito insatisfeito	6	4,17	8	4,15%	4	2,78%	6	3,11%	0	0%	5	2,59%
Insatisfeito	21	14,58	31	16,06%	7	4,86%	8	4,15%	11	7,64%	4	2,07%
Nem satisfeito nem insatisfeito	58	40,28	67	34,72%	74	51,39%	93	48,19%	84	58,33%	118	61,14%
Satisfeito	51	35,42%	77	39,90%	53	36,81%	79	40,93%	42	29,17%	64	33,16%
Muito satisfeito	8	5,56%	10	5,18%	6	4,17%	7	3,63%	7	4,86%	2	1,04%
Total	144	100%	193	100%	144	100%	193	100%	144	100%	193	100%

**Fonte:** Construído a partir do questionário aplicado pela Pesquisa Interinstitucional Perfil, Formação e Trabalho do(as) assistentes sociais no Rio Grande do Sul; CORRÊA, 2020.

Acerca das avaliações acima, inferimos algumas hipóteses a partir dos grupos focais realizados. Primeiramente, observamos diferentes concepções acerca de como os(as) assistentes sociais compreendem esses espaços: alguns os reconhecem enquanto espaço de resistên-

cia frente às dificuldades; outros acreditam que seja desafiador ocupar esses espaços, citam-se eventos, ambientes e o Encontro Gaúcho de Assistentes Sociais. No trecho a seguir, observamos o apontado:

Eu vejo que o CFESS, o CRESS, né? eles têm feito muitos movimentos, né? Principalmente, por ser um momento difícil de/ de resistência, e muitos espaços e muitos eventos, muitos ambientes, né? Agora, o EGAS [...] a questão dos profissionais ocuparem esses espaços, né? Como um desafio (Assistente Social 27, informação verbal).

O trabalho dos(as) representantes da categoria nesses espaços é bem avaliado, visto que a condução das entidades ocorre no horizonte ético-político da profissão. Nesse sentido, elogiam a articulação com a classe trabalhadora e as tentativas de articular os(as) profissionais às lutas gerais dos(as) trabalhadores(as):

[...] acho que os colegas que ocupam esse espaço, eles dão sua cara para bater, né? Eles levam as bandeiras de luta da categoria à frente e estão dando um tempo da sua vida ali lutando pela categoria. Mas, às vezes, eu

acho que a gente não se engaja nas lutas, sabe? (Assistente Social 4, informação verbal).

Quanto ao conjunto CFESS-CRESS, eu acho ele bem atuante assim né (?) tenta, assim, chamar o processo coletivo e, também, tá bem articulado com a classe trabalhadora, como também chama para gente ocupar as praças e tal, quando é dia de greve (Assistente Social 0, informação verbal).

Quanto ao CFESS-CRESS, eu também acho que cumpre seu papel na questão de engajamento político, de estimular a gente, de mostrar campanha enfim. Mas, também, parece que se afasta um pouco da questão técnico-operativa, que eu acho que é uma dimensão importante da nossa profissão e que a gente não tem muito subsídio assim para buscar (Assistente Social 10).

Ao mesmo tempo em que o(a) Assistente Social 10 expõe sobre o pouco subsídio técnico-operativo da profissão pelo CFESS/CRESS; outro(a) colega faz menção a todas as orientações dispostas no site do CFESS. Assim, o conjunto é avaliado também como aquele que dá respaldo técnico:

Então, essa orientação, muitas dúvidas que eu já tive assim, eu fui lá no site do CFESS olhar como é que o CFESS defendia ou discutia determinado tema pra poder trazer e seguir discutindo (Assistente Social 11, informação verbal).

[...] ele nos dá esse respaldo técnico, né? Que tudo tem ali, tu acessa, tu tá disponível, tu consegue ter acesso (Assistente Social 13, informação verbal).

Outros pontos a serem mencionados são os voltados ao Código de Ética e à Lei de Regulamentação da Profissão, que respaldam o trabalho. Contudo, é preciso cuidado para não reduzir o

CFESS/CRESS a esses documentos ou às orientações constantes no site. Como exposto, os avanços, em torno das discussões da categoria, construíram-se de forma articulada entre as entidades. Sendo assim, a sua atuação não pode ser reduzida somente à dimensão jurídico-política.

Nosso código de ética e a lei de regulamentação eu acho muito bem elaborado, nos dá um respaldo pra poder atuar (Assistente Social 17, informação verbal).

A partir da análise dos dados, podemos, ainda, notar que o CFESS/CRESS é associado à denúncia e à inadimplência, que, ao mesmo tempo em que demonstra avanço das Comissões de Fiscalização (COFIS), também o associa ao conjunto do pagamento da anuidade, reduzindo a atuação às características da gênese dos Conselhos, no Brasil, e conseqüentemente do Serviço Social, considerando as contradições que permeiam as entidades.

A respeito disso, Reidel (2005) salienta que não se deve associar a anuidade à participação no CRESS, isto é, não devemos entender que a participação de assistentes sociais, vinculadas ao CRESS 10ª Região, seja limitada, apenas, ao pagamento da anuidade. Em outras palavras, o pagamento da anuidade não implica participação física, comprometimento, envolvimento e articulação coletiva.

Em 2005, Reidel, na pesquisa de mestrado (REIDEL, 2005), confirmou a pouca participação dos(as) profissionais nos espaços de participação do CRESS 10ª Região. Algumas justificativas para a não participação, referidas pelos(as) profissionais, são relacionadas aos horários das reuniões, à falta de acolhimento e de motivação:

Teve uma coisa que eu acho que as reuniões que têm lá em Porto Alegre não são acolhedoras. A galera termina aquelas reuniões às duas da manhã (Assistente Social 15, informação verbal).

Está faltando um pouco de motivação para nós. Está faltando um pouco da gente botar uma chama de orgulho na profissão, porque a gente vê as colegas cabisbaixas (Assistente Social 24, informação verbal).

Nesse sentido, a pesquisadora concluiu que um conjunto de fatores interfere na não participa-

ção, tais como os de ordem pessoal, conjuntural e histórico-social. Dito de outra forma, a autora não atribui aos(as) assistentes sociais a responsabilidade da não participação, uma vez que compreende que a falta de apropriação sobre o CRESS 10ª Região também está associada à formação, que está dialeticamente relacionada ao movimento da sociedade no Brasil.

Na sequência, acerca da ABEPSS,

Não tenho como responder, porque eu também não tenho acesso a eles (Assistente Social 0, informação verbal).

Eu acredito que poderia ter uma interface maior, uma aproximação maior entre a ABEPSS e os profissionais que estão atuando no campo, porque o que eu fico pensando, ao longo dessa trajetória da vida profissional, quantas pesquisas eu poderia ter aplicado no meu ambiente de trabalho? Não enquanto categoria somente. Mas, com os usuários também, como que o teu trabalho reflete nessas pessoas (Assistente Social 10, informação verbal).

Eu, a da ABEPSS eu já tenho, já tive formações, já li bastante coisa. Mas, àquela questão das orientações dos estágios também (Assistente Social 9, informação verbal).

Na análise, constatamos que há profissionais que relatam não terem tido contato com a entidade e alguns (mas) a relaciona à pesquisa e à formação. No que se refere às orientações dos estágios, dialogam com a formação de profissionais e de pesquisadores da área. Contudo, não é atributo da ABEPSS formar pesquisadores(as) para a aplicação de pesquisas em seus espaços sócio-ocupacionais. Apesar de não ser o objetivo fim da organização, ressaltamos a posição de que as pesquisas poderiam ser desenvolvidas em parceria com as entidades representativas e as universidades da região de abrangência das seccionais.

A categoria compreende o estágio a partir da Política Nacional de Estágios (PNE). Essa foi um importante avanço, pois constitui o estágio enquanto instrumento político pedagógico. Ademais, a apresenta como objetivo de orientar os estágios supervisionados em Serviço Social, na luta por uma educação de qualidade.

As constatações direcionam o entendimento da fragilidade na compreensão acerca do papel da entidade por parte dos(as) trabalhadores(as):

[...] em algum momento, nesses meus nove anos atuando na área de assistência social, eu nunca recebi um contato, uma visita alguma coisa deles pra dizer "uau! Tudo bem, vocês existem, o que vocês estão pesquisando?" No sentido de melhorar mesmo (Assistente Social 0, informação verbal).

Essa fala, bem como a de que a ABEPSS realizaria pesquisas *in loco* nos espaços sócio-ocupacionais, denota fragilidades na compreensão do papel da entidade, ao mesmo tempo em que sugere a construção de estratégias que possam aproximar a categoria.

Em relação à ENESSO,

[...] eu acho que é um movimento pro estudante que está ainda nessa formação e tem que estar integrado, tem que participar, tem que conhecer, acho que abrir mais esses canais. Muitos estudantes não têm muita informação pra poder participar ou se envolver mais. Não sei se todas as universidades, nem todas acho que acabam tendo essa participação (Assistente Social 9, informação verbal).

A dúvida sobre o movimento estudantil de Serviço Social não estar presente em todas as universidades chama a atenção para a observância da expansão do ensino a distância no estado, impondo desafios à organização estudantil e, conseqüentemente, a sua articulação com as demais entidades, que se constituem também como espaços formativos. Este pode ser um indicador quanto ao desconhecimento da entidade representativa e o não contato na graduação, também evidenciados a seguir:

Quando eu era estudante, eu nem conhecia a ENESSO (Assistente Social 29, informação verbal).

Na graduação, nós não tivemos isso. Nem esse contato que eu falei com a ENESSO (Assistente Social 30, informação verbal).

Em contrapartida, nem todas os(as) assistentes sociais que conheciam a entidade participaram:

Quanto a ENESSO, realmente, eu sabia durante toda a minha graduação, eu tive como ir, mas eu não fui (Assistente Social 15, informação verbal).

O Movimento me chamou muita atenção, me despertou várias coisas, acho que seria ótimo, gostaria de ter participado mais, mas também fazia parte daquela galera, que era trabalhadora, que tinha família, e que, além disso, estudava. Então, claro que tem muitas coisas,

por exemplo a pesquisa, conseguir auxiliar a pesquisa com a graduação e participar do movimento estudantil também, a gente sabe que muitas vezes não é para todos. Às vezes a gente não consegue, né? No meu caso, eu acho que ficou faltando. É uma pena, porque acho que é uma formação diferenciada para quem consegue, assim, ter acesso a tudo isso (Assistente Social 18, informação verbal).

Nesse sentido, a não participação se dá não só pela possível não existência do movimento estudantil em algumas instituições de ensino. Mas, também, por questões atreladas à própria compreensão acerca da importância desses espaços ou pela necessidade de aliar a formação com o trabalho assalariado, como é o caso de muitos(as) estudantes brasileiros(as), expressando-se na particularidade de estudantes de Serviço Social. Neste ponto, reside a necessidade de investigações pelas UFAS do perfil de seus estudantes, que possam apresentar seus resultados compartilhados com as entidades, no sentido de serem construídas estratégias que possibilitem a participação e a aproximação com a formação profissional.

Cabe mencionar que a dificuldade do trabalho assalariado, relacionado à participação, persiste no exercício profissional após a formação. Afir-mamos isso tendo como base as menções como outro fator implicador da não participação nos espaços coletivos, ou seja, as condições e as relações de trabalho, vivenciadas por assistentes sociais, tais como: assédio moral, excesso de demanda, carga horária reduzida, assédio velado, não garantia de estabilidade, dependência do emprego, medo de ficar desempregado(a), não liberação do trabalho, sufocamento do trabalho.

A observância das condições e das relações de trabalho de assistentes sociais ao planejamento de ações pelas entidades é uma forma de possibilitar a participação da categoria. Ao mesmo tempo, há a necessidade de permanente articulação com o conjunto da classe trabalhadora em lutas que convergem para a superação desse modo de produção, cuja exploração da força de trabalho é a ele inerente. Nesse sentido, a organização junto aos sindicatos por ramo de produção é fundamental.

Apesar de ser salutar, observamos, na conjun-

tura, uma disparidade: há uma prevalência de profissionais não sindicalizados(as) na seccional de Pelotas (69,01%) e na seccional de Caxias do Sul (67,02%) sobre os(as) sindicalizados(as) (30,99% e 32,98%, respectivamente). Das assistentes sociais que participaram dos grupos focais, somente duas evidenciaram alguma articulação junto ao sindicato, em relação ao trabalho. A escolha por sindicalizar-se se deu, pois "[...] eu considero assim algo ampliado que tá mais acessível pra mim conseguir fazer as coisas" (Assistente Social 1, informação verbal).

Essa quantidade tende a diminuir, ainda mais, com a reforma trabalhista, de 2017, que torna facultativa a sindicalização. Outro fator determinante para a não participação é o assédio vivenciado por trabalhadores, que optam por se sindicalizar como refere Assistente Social 6: "Eu já sofri por ter entrado no sindicato" (informação verbal).

Reconhecemos a importância da sindicalização e que ela se dê por ramo de atividade, conforme posicionamento da categoria. Além disso, compreendemos o sindicato para além de uma negociação salarial, contemplando sua dimensão de resistência e "[...] de contestação ao poder do capital, respondendo à construção da dignidade e da liberdade em termos coletivos e aglutinando as forças individuais na junção dos interesses dos trabalhadores" (CATTANI; ARAÚJO, 2011, p. 335).

A crise vivenciada no mundo trabalho se mostra latente nas privatizações e na precarização das condições vivenciadas pela classe trabalhadora, no desemprego estrutural, na superexploração, no adoecimento, no acirramento da terceirização, política de redução de custos e outros. Frente a isso e desafiados pela lógica capitalista, que incentiva o processo de individualização, reiteramos a relevância da articulação coletiva e organizada da classe trabalhadora, muito embora cientes das manobras realizadas para desmobilização da organização coletiva dos(as) trabalhadores(as), em que se aproveitam da instabilidade no trabalho e realizam ameaças de demissão, acarretando recuo da mobilização sindical como estratégia de sobrevivência na manutenção de empregos.

## Considerações finais

Primeiramente, é preciso considerar a luta de tantos(as) profissionais, ao longo da história do Serviço Social, na constituição, organização e fortalecimento das entidades representativa da categoria, que não só foram imprescindíveis para a institucionalização, valorização e desenvolvimento da profissão na sociedade brasileira, bem como ainda são importantes espaços políticos de articulação e de fortalecimento da categoria e do projeto ético-político profissional.

Nesse sentido, ressaltamos os esforços empreendidos pelo coletivo de profissionais na criação de mecanismos de descentralização das entidades, que as aproximam da realidade dos(as) profissionais e estudantes, a partir da realização de encontros regionais e locais de estudantes, no caso da ENESSO, da presença da ABEPSS junto às UFAs, por meio da ABEPSS itinerante e do conjunto CFESS/ CRESS, através das Seccionais e dos NUCRESS.

Na atualidade, em um contexto de intensificação da precarização do trabalho e das políticas sociais, é, ainda mais, importante o papel das entidades da categoria. Ao mesmo tempo, somos desafiados a não só nos utilizarmos das estratégias que temos. Mas, de fortalecê-las, quando necessário, e desvendarmos outras possibilidades, a partir do conhecimento da realidade. Dentre estas, destacamos as estratégias de atividades *on-line*, que passaram a ser realizadas durante a pandemia, as quais têm mantido vivas nossas entidades representativas, dando direção e articulando-se frente aos tempos adversos.

Identificamos que precisamos avançar nessas estratégias e, sobretudo, considerar o perfil, as condições e as relações de trabalho de profissionais e de estudantes, visto que, na particularidade das Seccionais do CRESS 10ª Região, apesar do esforço supramencionado e da importância das entidades neste contexto, a categoria demonstra insatisfação, indecisão ou opinião regular, vinculadas às entidades, além da pequena participação, iniciando já no movimento estudantil.

Observamos o desconhecimento/ fragilidades na compreensão acerca do papel das entidades

e das concepções. Muitos(as) trabalhadores(as) as reduzem, limitam-nas ao espaço de atividades burocráticas, anuidades, documentos. Com isso, depreendemos que elementos históricos da constituição das entidades ainda estão presentes. Outrossim, inferimos a incompreensão sobre a importância da articulação coletiva para o fortalecimento e a luta.

Diante do exposto, a formação profissional é um espaço fundamental para a construção da participação e do conhecimento sobre as entidades e sua relação direta com o projeto ético e político da profissão. Ao mesmo tempo, hoje, contraditoriamente, constitui-se como um espaço cujo processo está tensionado para ser, cada vez mais, aligeirado e, portanto, precarizado, com currículos reduzidos, desde o ensino a distância, ensino remoto emergencial até o ensino presencial.

Somadas às condições de formação, precisamos atentar para as condições de trabalho dos(as) estudantes, cujo perfil, em sua maioria, é de trabalhadores(as) sob condições que se tornam impeditivas à participação no movimento estudantil. Essas trabalhadoras, depois de formadas, permanecem vivenciando tais condições, como a acumulação de vínculos empregatícios e o sobretrabalho.

Destarte, apontamos estratégias que visem fortalecer qual é o papel das entidades junto à categoria, possibilitando, ainda mais, que o espaço permaneça próximo a ela e investindo em procedimentos que promovam maior participação, considerando, para isso, horários, acessibilidade, pertencimento. Nesta direção, destacamos a relevância de ser priorizada pelas entidades uma política de comunicação. Dessa forma, será possível otimizar a criação e a manutenção de canais alternativos de comunicação e participação da categoria, entendendo-a não como mero instrumento. Mas, como estratégia para atingir e dialogar, de forma efetiva, com os(as) assistentes sociais e a sociedade.

As estratégias de descentralização, neste sentido, precisam ser priorizadas pelas gestões, no que tange ao desenvolvimento de ações

político-pedagógicas na defesa da profissão e da qualidade dos serviços prestados às(aos) usuárias(os), as quais devem ser amplamente divulgadas e, sempre que possível, abertas a quem interessar.

No que diz respeito às estratégias de aproximação com a categoria, podemos citar a relevância da realização de estudos e de pesquisas pelas entidades representativas, em parcerias com as UFAs. Assim, permitirá, além da aproximação junto aos(as) profissionais e estudantes, o desvendamento dos desafios e das possibilidades, postos na particularidade de cada realidade para a construção de estratégias que possam ser implementadas.

Nesse sentido, ressaltamos a realização dos grupos focais, utilizados enquanto técnica de coleta de dados nesta pesquisa, que permitiram um espaço legítimo de manifestação da categoria e possibilitaram o desvendamento de suas compreensões, anseios, dificuldades e necessidades, por meio de diálogo. Com essas estratégias, reforça-se a premissa democrática construída pelas entidades ao longo de sua história.

Apontamos, portanto, para algumas ações e reflexões que não se esgotam nem neste trabalho, nem tão somente na particularidade das regiões em que a pesquisa foi realizada. A realidade da categoria precisa ser desvendada, pois nestes tempos, mais do que nunca, é preciso "andar de mãos dadas".

Nesse sentido, precisamos não só conhecer os desafios postos à profissão, mas empenhar esforços para fortalecer, ainda mais, a consciência de classe, a participação, as entidades representativas da categoria, com representações ancoradas no projeto ético-político, articuladas entre si e com os demais movimentos da classe trabalhadora. Temos de somar forças em contraposição aos desmontes que se apresentam no âmbito dos direitos, bem como dos espaços de articulação política e participativa, que sofrem ataques constantes.

Desmobilizar, amedrontar e desqualificar esses espaços é parte de um projeto que precariza, ainda mais, nossas condições de trabalho e so-



brevia nessa sociedade. Aqui, referimos não só aos assistentes sociais, mas todos(as) trabalhadores(as). Precarizar a formação também é parte do mesmo projeto, que prescinde a formação de profissionais críticos e propositivos, com sólida base teórica para a intervenção, articulada às demandas concretas da população, em detrimento de uma formação tecnicista e acrítica. É preciso manter consonância com a direção social da profissão, lutar e formular respostas técnico-políticas às transformações societárias, contribuindo, dessa forma, para o redirecionamento da profissão na contemporaneidade.

Nesse sentido, é válido lembrar que as entidades, a partir de sua organização política, caminha, no percurso sócio-histórico, para um horizonte emancipatório e constrói sua ação política, vinculada aos interesses dos trabalhadores, que é, portanto, além de um patrimônio político da profissão, um elemento fundante para a manutenção de seu projeto ético e político.

## Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Quem Somos. In: ABEPSS. Brasília, [20--]. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/quem-somos-1>. Acesso em: 31 out. 2022.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Movimento sindical e Serviço Social: organização sindical por ramo de atividade ou por categoria profissional? In: ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; DURIGUETTO, Maria Lucia (org.). *Movimentos sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014. p. 177-194.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 127, p. 456-475, set./dez. 2016.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Memória: 80 anos do Serviço Social no Brasil: O III CBAS "O Congresso da Virada" 1979. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 128, p. 181-186, jan./abr. 2017.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. *O Projeto ético-político do Serviço Social brasileiro: ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2019.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro Reis. 40 anos do "Congresso da Virada". In: SILVA, Maria Liduina de Oliveira (org.). *Congresso da Virada e o Serviço Social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências*. São Paulo: Cortez, 2019. p. 35-55.

ABREU, Marina Maciel. Abepss: a perspectiva da unidade da graduação, pós-graduação e a produção do conhecimento na formação profissional. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 95, p. 173-188, set. 2008.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Edição Revista e Atualizada. Lisboa: edições 70, 2009.

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvania Helena. *Código de Ética do/a Assistente Social Comentado*. Organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2012.

BARROS, Alerrandre. Desemprego recua para 13,9% no 4º tri, mas taxa média do ano é a maior desde 2012. In: *Agência IBGE*. [S. l.], 28 abr. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30130-desemprego-recua-para-13-9-no-quarto-trimestre-mas-e-o-maior-para-o-ano-desde-2012>. Acesso em: jul. 2021.

BULLA, Leonia Capaverde. Relações sociais e questão social na trajetória do Serviço Social brasileiro. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, n. 2, p. 1-15, 2003.

BRASIL. Visão geral da execução da despesa pública. In: *Portal da Transparência*. Brasília: Controladoria Geral da União, [2020]. Disponível em: <http://www.portal-transparencia.gov.br/despesas>. Acesso em: jul. 2021.

CAIXA. *Auxílio Emergencial 2021*. Brasil: Caixa, [2021]. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/auxilio/auxilio2021/Paginas/default.aspx>. Acesso em: jul. 2021.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil. Campinas: Papel Social, 2013.

CATTANI, ANTONIO DAVID; ARAÚJO, S. M. Sindicatos - Sindicalismo. In: CATTANI, D.; HOLZMANN, L. (org.). *Dicionário de Trabalho e Tecnologia*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2011. p. 335-340.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. O CFESS e os desafios político-profissionais do Serviço Social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 95, p.161-172, set. 2008.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. O CFESS e os desafios político-profissionais do Serviço Social. *CFESS Manifesta: 30 anos do Congresso da Virada*. São Paulo: CFESS, 2009a.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Projeto Ético-Político do Serviço Social: 30 anos na luta em defesa da humanidade. In: *CFESS Manifesta: 30 anos do Congresso da Virada*. São Paulo: CFESS, 2009b. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/congresso.pdf>. Acesso em: jul. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Histórico. In: *CFESS*. [S. l.], [2020]. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/o-cfess>. Acesso em: 21 jan. 2020.

CORRÊA, Lais Duarte; REIDEL, Tatiana. Perfil e condições de trabalho de Assistentes Sociais Gaúchos/as. *Temporalis*, Brasília, ano 21, n. 41, p. 136-154, jan./jun. 2021.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. CRESS 10ª Região. In: *CRESS*. Porto Alegre. [2020]. Disponível em: <http://www.cressrs.org.br/conselho/cress-10-regiao>. Acesso em: 14 abr. 2020.

EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL. Quem somos. In: *ENESSO*. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://enessooficial.wordpress.com/quem-somos>. Acesso em: jul. 2021.

EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL. História da ENESSO. In: *ENESSO*. [S. l.], 2014b. Disponível em: <https://enessooficial.files.wordpress.com/2011/06/histc3b3ria-da-enesso.pdf>. Acesso em: 12 maio 2019.

EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL. *Que bicho é esse?* In: *ENESSO*. [S. l.]: ENESSO, 2014a. Disponível em: <https://enessooficial.files.wordpress.com/2014/04/cartilha-enesso-1.pdf>. Acesso em: 1 out. 2022

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*: ensaio de uma interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. 31. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O serviço social na contemporaneidade*: trabalho e formação profissional. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. "Questão social" no Brasil: relações sociais e desigualdades. *ConCienciaSocial Revista digital de Trabajo Social*, Córdoba, v. 2, n. 3, p. 27-44, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades*. Brasília (DF): IBGE, 2010.

MACHADO, Graziela Scheffer; CLOSS, Thaisa Teixeira; ZACARIAS, Inez Rocha. Antecedentes da Reconceitualização Latino-Americana na Escola de Porto Alegre-RS. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 67-80, jan./jul. 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Painel Coronavirus*. Brasil: Ministério da Saúde, 2021.

NETTO, José Paulo. II CBAS: algumas referências para a sua contextualização. *Trinta Anos da Revista Serviço Social & Sociedade*: contribuições para a construção e o desenvolvimento do Serviço Social brasileiro, São Paulo, v. 1, n. 100, p. 650-678, out. 2009.

REIDEL, Tatiana. *A relevância da categoria participação para os assistentes sociais e a representação profissional no CRESS 10º Região*. Porto Alegre: PUCRS, 2005.

REIDEL, TATIANA et al. *Perfil, Formação e Trabalho do(a)s Assistentes Sociais do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

SINDICATO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Boletim Informativo*: Feliz aniversário! 49 anos de luta! Porto Alegre: SASERS, 2007, n. 2.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. *O Serviço Social e o Popular*: resgate teórico-metodológico do Projeto Profissional de Ruptura. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OSORIO, Jaime. *O Estado no Centro da Mundialização*: A sociedade civil e o tema do poder. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

PENSSAN. *Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil*. [S. l.]: PENSSAN, 2021. Disponível em: [http://olheparaafome.com.br/VIGISAN\\_Inseguranca\\_alimentar.pdf](http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf). Acesso em: 1 out. 2022.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: *Serviço Social: Direitos e Competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 1-18.

---

### Lais Duarte Corrêa

Mestra em Política Social e Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre, RS, Brasil. Doutoranda em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em Porto Alegre, RS, Brasil. Bolsista do CNPq.

---

### Tatiana Reidel

Doutora e mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em Porto Alegre, RS, Brasil. Professora associada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre, RS, Brasil – vinculada ao Departamento de Serviço Social. Líder do Grupo de Pesquisa GEPETFESS. Bolsista Produtividade CNPQ.

---

### Endereços para correspondência

Lais Duarte Corrêa

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Av. Ipiranga, 6681, Prédio 8  
Partenon, 97010-082  
Porto Alegre, RS, Brasil

Tatiana Reidel

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Rua Ramiro Barcelos, 2600, Sala 401B  
Santana, 90035003  
Porto Alegre, RS, Brasil

*Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação das autoras antes da publicação.*